

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – 07/03/06

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às quatorze horas e quarenta e quatro minutos na sala de reuniões da Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC, deu-se início, em terceira convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite por Ruth Mercês Paranaguá, Presidente substituta e demais membros. **SESAU:** Ullannes Passos Rios/ Diretoria de Vigilância Sanitária; Joselina F. Azevedo Emmerich/ Diretoria de Recursos Humanos; **Suplente:** Rosangela Barbosa Terra March/Diretoria de Administração; Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho/ Diretoria de Vigilância em Saúde; **COSEMS:** Áurea Maria Casagrande Luz SMS/Araguaína; Gustavo SMS/Palmas; Furtunato Soares SMS/Gurupi; **Suplente:** Emival Nunes SMS/Guaráí. A Sra. Presidente verificou o quorum e a paridade e deu início a reunião em terceira convocação como segue: **ITEM 01- Apreciação da Pauta:** : Foi lida e apresentados os pedidos de inclusões, exclusões e inversão da Pauta, que foram aprovados por consenso, e ficou acordado ainda que será marcada uma reunião Extraordinária para tratar exclusivamente da PPI/VS na seqüência: **ITEM 02: Apreciação das Atas das Reuniões Ordinárias realizadas nos dias 02/12/05, 02/02/06:** Foi feita a leitura silenciosa pelos presentes, por solicitação do Sr. Ullannes foi feita a correção do seu nome. A Sra. Ruth questionou a ata de 02/12/05, no item 11 onde foi feita a solicitação de um veículo para o Município de Jaú. Solicitou então maior esclarecimento. A Sra. Perciliana propõe que o assunto seja discutido novamente e assim foram aprovadas por consenso; **ITEM 03 - Informes: 3.1 – Calendário CIB 2006:** A Sra. Sônia Menelik apresentou o calendário e disse que a única exceção foi da reunião do mês de junho que foi antecipada para o dia 29 devido os jogos da Copa do Mundo. Ficou acordado que na última reunião do ano, o próximo calendário será aprovado. Após nova apreciação, foi aprovado por consenso; **3.2 – Informe COSEMS:** O Sr. Gustavo informou que está representando a Região Norte na Tripartite e que a próxima reunião será no dia 23 próximo. Informou que na Reunião da CIT foi aprovado o próximo Congresso de Secretários Municipais da Região Norte que no próximo ano acontecerá em Palmas. O Sr. Gustavo disse que os Relatórios de Gestão dos Hospitais não estão sendo encaminhados e solicitou uma Resolução da CIB para que os Hospitais repassem essa informação para seus respectivos Municípios. Disse sobre a adequação do repasse fundo a fundo e fala da cartilha do MS, que trás uma série de explicações sobre o sistema publico do SUS. Disse que de acordo com orientação da cartilha, os repasses ocorrem independentemente de convênios ou instrumentos similares que se destinam ao financiamento das ações e serviços do SUS abrangendo recursos para Atenção Básica e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade e que considerando essa orientação pediu que fosse reavaliada a Portaria Estadual que regulamenta os repasses para SAMU, Saúde Escolar, Saúde da Família e Farmácia Popular, onde exige alguns documentos que não precisariam estar vinculados a esses repasses. A Sra. Áurea mencionou que se é fundo a fundo não precisa da apresentação de nenhum instrumento de Gestão e estão cobrando Certidão de INSS, Certidão de Tribunal de Contas e Relatório de Gestão para fazer este repasse. Falou que as ações dos municípios são contínuas e que ainda tem recurso pendente do ano de 2005. A Sra. Áurea pede esclarecimentos do Jurídico da Secretaria Estadual. O Sr. Gustavo informou que está deixando de receber recursos em virtude dessas exigências. Ficou acordado que será encaminhado ao setor Jurídico da Secretaria de Estado da Saúde, a cartilha

48 mencionada, para que seja revista a questão das exigências para transferência dos
49 recursos Fundo a Fundo. A Sra. Áurea informou o endereço de acesso para transmissão
50 em tempo real da reunião da CIT - www.saude.gov.br/cooperasus. A Sra. Ruth disse que
51 a CIB disponibilizará o endereço aos membros. O Sr. Gustavo falou da falta de espaço
52 físico do COSEMS dentro da Secretaria de Estado da Saúde. Disse que o COSEMS
53 sempre foi associado à Secretaria de Saúde, dando suporte aos municípios e que por isso
54 precisa de um espaço mínimo adequado para seu funcionamento. Solicita então uma
55 definição da CIB de um espaço para o COSEMS. A Sra. Rosângela esclarece que no ano
56 passado, houve uma demanda muito grande de espaço físico dentro da Secretaria e que
57 o COSEMS estava desarticulado e que por isso a sala foi solicitada. Disse que sua
58 proposta quando estava à frente da Diretoria Administrativa era de alugar um prédio para
59 todos os Conselhos. O Sr. Gustavo pede que sua suplente o substitua. Ficou acordado
60 que a CIB encaminhará documento à Diretoria Administrativa solicitando um espaço para
61 o COSEMS; **3.3 – Informe Secretaria Executiva:** A Sra. Sonia Menelik informa que o
62 material solicitado pelo COSEMS na reunião passada já foi encaminhado. A Sra. Áurea
63 informa que não recebeu e-mail com material de reunião. A Sra. Sonia disse que o
64 material foi encaminhado, e pede que todos corrijam seu endereço e telefone na lista.
65 Informa também que o Sr. Evando estará presente na reunião para dar maiores
66 esclarecimentos sobre convênios. Pediu para que o Sr. Gustavo e a Sra. Ruth socialize o
67 conteúdo do encontro com representantes das CIB's promovido pela CIT em Brasília,
68 para conhecimento de todos. A Sra. Ruth diz que uma das experiências colocadas na
69 reunião foi sobre a Casa de Gestão do Estado do Pará. Disse que estará apresentando
70 junto com o Sr. Gustavo os principais pontos apresentados do encontro; **Informe**
71 **Araguaína:** A Sra. Áurea, nesta data trouxe ao plenário sua indignação quanto à
72 informação dada pela Gerente da Área Técnica de Saúde da Mulher ao diretor do Hospital
73 e Maternidade Dom Orione de Araguaína, de que o Prêmio Bibi Vogel, recebido pelo
74 município de Araguaína em 02 de dezembro próximo passado, teria sido concedido
75 àquele hospital e não à Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína. Desejou esclarecer
76 que quem concorreu ao prêmio foi o Município com seu Projeto de Ações Inovadoras no
77 Aleitamento Materno e que o regulamento do referido prêmio nem permitia que hospitais
78 ou outros estabelecimentos concorressem, mas somente os municípios. Face ao ocorrido,
79 solicitou que a CIB sinta-se esclarecida e que officie à Direção do Hospital e Maternidade
80 Dom Orione o teor desta comunicação, uma vez que o município está tendo sua imagem
81 prejudicada por comentários desairosos de servidores daquele hospital aos quais não se
82 esclareceu o ocorrido. Aproveitou a oportunidade para informar que comunicará ao
83 Ministério da Saúde o posicionamento equivocado da referida gerente e pedirá que o
84 mesmo também se manifeste a respeito do referido prêmio. **ITEM 04 – Qualificação da**
85 **2º Equipe de Saúde Bucal, mod. I e 2º Equipe de Saúde da Família no Município de**
86 **Jaú do Tocantins;** A Sra. Regina apresentou parecer técnico favorável para aprovação
87 da qualificação da 2º Equipe de Saúde Bucal, modalidade I e 2º Equipe de Saúde da
88 Família no município de Jaú do Tocantins. Os membros cobraram o material a respeito do
89 município e cobraram a presença do interessado na reunião. Foi aprovado por consenso;
90 **ITEM 05 – Apresentação do Programa de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos –**
91 **P.A.R.A:** A Sra. Telma, da ANVISA iniciou dizendo que atua no Programa de Resíduos
92 de Agrotóxicos em Alimentos. Disse que em relação ao monitoramento de resíduos de
93 agrotóxicos no Brasil, o histórico é feito inicialmente por esforços isolados, principalmente
94 pelas Secretarias Estaduais de Agricultura, Secretarias de Saúde e Instituições de Ensino

95 e Pesquisa e que devido à complexidade do processo de monitoramento, tanto em
96 relação à parte técnica como a administrativa e financeira a ANVISA tomou a posição
97 ciente de seu papel institucional em relação à saúde pública e em 2001 foram criados
98 projetos para articular esse monitoramento de forma organizada. Em 2001 foi então
99 iniciado o projeto do P.A.R.A (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxico em
100 Alimentos) em articulação com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Laboratórios. Em
101 2002, o P.A.R.A iniciou em quatro Estados com quatro laboratórios, são eles: São Paulo,
102 Minas Gerais, Pernambuco e Paraná. Disse que a escolha desses Estados foi feita por já
103 possuíam os laboratórios adequados para realização das análises. Que a partir de 2003
104 tornou-se efetivamente um Programa Nacional por meio da RDC 119 da ANVISA. Houve
105 a inclusão de mais quatro Estados em 2004 e atualmente são dezesseis, atuando no
106 monitoramento. A Sra. Telma disse que o objetivo geral do P.A.R.A, seria garantir a
107 qualidade dos alimentos sujeitos a utilização de agrotóxicos e afins. Informou que
108 segundo dados da ABIQUIM (Associação Brasileira de Indústrias Químicas), o Brasil
109 consumiu em 2004 cerca de 4,2 bilhões de dólares de agrotóxicos então os objetivos mais
110 específicos do P.A.R.A são identificar e quantificar os níveis de resíduos de agrotóxicos
111 nos alimentos, e fortalecer a Rede Laboratorial de Saúde Pública. Disse que atualmente
112 são analisados os 09(nove) alimentos seguintes: alface, banana, batata, cenoura, laranja,
113 maçã, mamão, morango e tomate e que foram escolhidos devido ao alto consumo e pela
114 utilização dos agrotóxicos. São analisados 92 ingredientes ativos de agrotóxicos. Informou
115 que a arrecadação da GGTOX em 2005 foi de cerca de R\$ 650.000,00(seiscentos e
116 cinquenta mil reais) , o que equivale a 1% do total da arrecadação da ANVISA que a
117 previsão orçamentária de 2006 no desenvolvimento das ações de controle dos
118 agrotóxicos seria aproximadamente de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), que a
119 meta anual ideal, segundo fontes internacionais seria analisar 10.000 (dez mil) amostras.
120 E o que até então foram analisadas 4.000 amostras, pois para analisar o necessário,
121 precisaria de um recurso de 17,5 milhões de reais. A Sra. Telma especificou que desse
122 total foram identificadas 2.032 amostras contendo resíduos e que o total de resíduos
123 detectados foi de 3.271, dos resíduos detectados 71,5% estavam dentro da regularidade
124 e 28,5% dentro da irregularidade. As irregularidades acontecem por as amostras estarem
125 contendo agrotóxicos não autorizados para a cultura ou estarem utilizando acima do limite
126 máximo permitido pela Legislação Brasileira. A Sra. Telma, falou que a partir desse
127 monitoramento pode-se identificar quais os principais problemas, minimizando as
128 irregularidades no uso indiscriminado de agrotóxicos. Informou que no final do ano
129 passado houve a 2º reunião geral do P.A.R.A em Brasília onde foram dados alguns
130 encaminhamentos. Um deles foi que para o segundo semestre de 2006, está previsto a
131 inclusão de mais dois Estados que seria Maranhão e Paraíba. E com relação à Rede
132 Laboratorial conta atualmente com a FUNEG de Minas Gerais, do LACEN do Paraná e o
133 IAL (Instituto Adolf Lutz). Pela capacidade analítica dos LACENs, feita pela Coordenação
134 Técnica do P.A.R.A, um dos LACENs que poderia estar ingressando no Programa seria o
135 LACEN de Goiás. Informou que quem quiser obter mais informações sobre o
136 levantamento da capacidade analítica dos LACENs, pode acessar o site da ANVISA. E
137 que a coleta dos alimentos já começou com os itens: mamão, banana e cenoura. E com
138 relação à capacitação, existe atualmente o treinamento de coletores e o curso de
139 capacitação em toxologia está previsto para o segundo semestre de 2006. Informa que
140 acontecerá o Simpósio em toxologia, organizado pela ANVISA, sobre resíduos de
141 agrotóxicos em alimentos que vai abranger também os laboratórios. Disse que o objetivo

142 é ter uma equipe em cada Estado acompanhando as atividades do P.A.R.A.; **ITEM 06 –**
143 **Pactuação entre VISA Estadual e VISA Municipal de Tocantinópolis:** O Sr. Ullannes
144 disse que foi pactuado que a VISA Municipal assumirá a parte de consultórios
145 Odontológicos no Município de Tocantinópolis, realizando inspeção, credenciamento e
146 liberação do Alvará Sanitário. E que a VISA Estadual dará suporte na área de Laboratório.
147 Solicitou aprovação dizendo ser uma forma de facilitar o trabalho e implementar a
148 descentralização das ações de Vigilância Sanitária. A Sra. Ruth sugeriu ao Sr. Ullannes
149 que entregue a CIB um resumo da pactuação assinada por ele e o Secretário Municipal. E
150 assim foi aprovado por consenso; **ITEM 07 – Transferência do Teto Físico Financeiro**
151 **referente aos Exames de Ultra-sonografia, Obstétrico, Pélvica, Ginecológica,**
152 **Transvaginal, Abdominal, Mamária, Próstata, Tiróide e Testículos que estão**
153 **alocados no Município de Araguaína para o Município de Colinas:** O Sr. Madson
154 informou que houve erro na digitação do ofício e informa que o município solicitante é
155 Presidente Kennedy. Informou também que os Municípios interessados foram avisados da
156 importância de estarem presentes nesta reunião. O item foi retirado da pauta devido ao
157 erro de redação e pela ausência dos municípios. **ITEM 08 – Cadastramento de 09(nove)**
158 **leitos de U.T.I adulto e 03(três) leitos de U.T.I Pediátrica para o Hospital Geral de**
159 **Palmas:** O Sr. Madson solicitou a alteração da resolução de 03 de novembro de 2005,
160 que pede o cadastramento de quatro novos leitos de UTI para o HGP, passando para
161 09(nove) leitos de UTI adulto e 03(três) leitos de UTI pediátrica. E que foi aprovado por
162 consenso. **ITEM 09 – Credenciamento do Serviço de Alta Complexidade em**
163 **Tráumato-Ortopedia no Hospital de Referência de Gurupi:** O Sr. Madson informou que
164 já possui os Profissionais habilitados e a estrutura necessária para o Credenciamento,
165 que toda documentação já foi analisada pelo Ministério da Saúde, e que só falta a
166 pactuação pela CIB. Pede então a aprovação para a finalização do processo. E assim foi
167 aprovado por consenso. A Sra. Perciliana pede a fala e retoma a apresentação feita pela
168 Sra. Telma da ANVISA e propõe a VISA Estadual a criação do P.A.R.A no Tocantins.
169 **ITEM 10 – Apresentação das Unidades Sentinela em Saúde do Trabalhador em 12**
170 **Municípios do Estado do Tocantins:** A Sra. Edinalva disse que o MS solicitou doze
171 municípios mas é o Estado quem vai definir de acordo com os critérios apresentados.
172 Disse ainda que está sendo feito um levantamento nos municípios com relação à
173 estrutura de equipamentos, recursos humanos e insumos e que por isso a proposta ainda
174 não foi fechada, mas que a relação dos municípios já foi definida e encaminhada para o
175 Ministério da Saúde. A Sra. Maria Vilma iniciou sua fala dizendo a respeito da parte
176 técnica da implantação das Unidades Sentinela no Estado do Tocantins. Informou que foi
177 aprovada a Portaria MS nº 2347 de 07 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a
178 ampliação e fortalecimento da RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do
179 Trabalhador), e que um dos modos de fortalecimento é a contemplação das Unidades
180 Sentinelas em Saúde do Trabalhador. Que as Unidades Sentinela são Unidades da Rede
181 SUS que vão identificar, investigar e notificar os agravos relacionados à Saúde do
182 Trabalhador e essas notificações é que vão dar subsídios de trabalho e de planejamento
183 a ações em Saúde do Trabalhador. Os critérios de seleção das Unidades são: capacidade
184 instalada, Recursos Humanos necessários; Economia e aspecto sócios-demográficos.
185 Cabe ver qual o tipo econômico desenvolvido na região; Instrumentos legais para a
186 execução da Vigilância, pois para as notificações gerarem ações, é necessário apoio da
187 Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica; Magnitude dos agravos da região (as
188 unidades serão escolhidas considerando os tipos de agravos da região); Factibilidade das

189 informações. Falou que foram selecionadas as treze unidades a seguir: Palmas,
190 Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso, Formoso, Colinas, Goiatins, Arraias,
191 Augustinópolis, Dianópolis, Tocantinópolis e Pedro Afonso. O objetivo geral das Unidades
192 Sentinela é efetivar, no Estado do Tocantins, a política de Saúde do Trabalhador,
193 capacitando e sensibilizando os profissionais da área do SUS na detecção da relação
194 doença - trabalho e assim desenvolver ações precisas e integradas em Saúde do
195 Trabalhador e o objetivo específico é alimentar o sistema de notificação de agravos
196 relacionados à saúde do trabalhador visando desenvolver Vigilância, promoção de
197 ambientes e processos de trabalho saudáveis. A Sra. Maria Vilma informou que o
198 CEREST estará à disposição dando apoio técnico e em alguns casos dependendo da
199 necessidade, apoio financeiro. Algumas das prioridades para se trabalhar Saúde do
200 trabalhador são sensibilizar Gestores e profissionais da área de Saúde realizando oficinas
201 de trabalho; Criação da CIST, tendo assim um controle social; Criação de uma Comissão
202 em Saúde do Trabalhador nas unidades sentinelas de acordo com o tamanho da
203 Unidade, ajudando na sensibilização e na capacitação dos profissionais dentro da
204 Unidade; Inserção de ações na área de saúde do trabalhador na PPI. A Sra. Maria Vilma
205 concluiu dizendo que a implantação das Unidades Sentinela no Estado é uma realidade
206 imprescindível para a organização e implementação de ações de Vigilância sobre os
207 agravos de maior incidência, de forma a construir uma política voltada à saúde do
208 Trabalhador. O Sr. Paulo disse da possibilidade de capacitar mais médicos para o
209 município de Goiatins, pois há um problema muito grande em relação à intoxicação por
210 agrotóxicos na região. Justificou que está citando o município de Goiatins pela estrutura
211 mínima do Hospital e pela falta de médicos capacitados, pois na região possui apenas um
212 médico para vários diagnósticos. O Sr. Paulo disse que está sendo elaborado um mapa
213 de risco para maior conhecimento de cada município, para então priorizar de acordo com
214 o mapa, outras ações no município. A Sra. Perciliana retoma a questão da quantidade de
215 municípios e disse que dentre Palmas, Porto Nacional e Paraíso sugere se possível a
216 exclusão do município de Porto Nacional, incluindo Natividade e mantendo o município
217 de Paraíso pois é uma região de Mineração. O Sr. Paulo disse que será o mapa de risco
218 que informará onde estão os riscos, e a questão do extrativismo é o próprio município que
219 estará informando. **ITEM 11 - Esclarecimento Sobre Convênios:** A Sra. Ruth
220 aproveitando a presença do Sr. Evando pede que se volte no assunto da cartilha do MS.
221 O Sr. Evando explicou que convênio não é dívida, que é realizado para pagamento à
222 vista, não pode ser utilizado para pagamento de despesas retroativas e que, o que foi
223 cumprido do convênio foi pago e comprovado mas o convênio venceu e não há como se
224 comprovar despesas de 2004 e 2005. Em função da atual situação financeira optou-se
225 por pagar PSF, HPP e suprimir algumas coisas, e dentre elas o convênio de Araguaína.
226 Informou que eram passados R\$ 80.000,00(oitenta mil reais) por mês para Araguaína, a
227 Sra. Áurea negou e disse que era R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) e o Sr. Evando disse
228 que depois passou para R\$ 80.000,00 e ela afirma que não, que foi passado para 80
229 porque acumulou com o recurso dos Laboratórios, R\$ 20.000,00 por Laboratório,
230 somando R\$ 40.000,00, e o Sr. Evando concordou e continuou dizendo que depois da
231 auditoria e passou a ter um teto, que ficou em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)
232 mensais, o que foi uma economia para se aplicar em outras áreas. E finaliza informando
233 que não há como repassar este dinheiro, a menos que se firme um novo convênio,
234 justificando a necessidade de pagamento de despesas de custeio futuras, não pode pagar
235 pessoal. Informou ainda que a situação financeira do Estado ficou difícil e que tem um

330 dentro da unidade municipal e dentro dessa unidade não tem estrutura física para a
331 realização dessa cirurgia. O Sr. Madson deixou claro que para ampliação dos serviços de
332 oftalmologia dentro da unidade do Hospital de Referência de Paraíso, demandaria na
333 compra de equipamentos e estruturação física completa e que não é possível realizar
334 agora. Mas que em Palmas existe uma estrutura bem montada para fazer esse
335 atendimento e que pode estar atendendo Paraíso na sua totalidade, visto que na grande
336 maioria, a parte oftalmológica não se trata de urgência e emergência. Não foi aprovado. A
337 Sra. Ruth relembra da reunião extraordinária que acontecerá para pactuação da PPI da
338 Vigilância, e que em breve estará definindo e repassando a data a CIB. Franqueada a
339 palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se encerrada a reunião às dezessete
340 horas e quarenta e sete minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de
341 lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e demais membros presentes
342 nesta reunião.

Quinto furo de furo

Isabelina F. de Aguiar Comarich

[Signature]
Marina Aguiar

[Signature]
Ana